

ABRAIDI PARTICIPA DO LANÇAMENTO DE DOCUMENTO COM PROPOSTAS PARA A SAÚDE AOS PRÓXIMOS GOVERNOS



Anunciado hoje (5 de setembro) na FIESP, o trabalho com nove propostas para o segmento é direcionado a formuladores de políticas públicas e à sociedade e busca o reconhecimento da importância estratégica da saúde para o Brasil

A ABRAIDI, juntamente com a ABIMED e a ABIMO e com apoio do ComSaúde, lançou, nesta segunda-feira, o documento “Proposta de Política Industrial para o Setor de Dispositivos Médicos”. O evento foi na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, na avenida Paulista, e transmitido ao vivo pelo YouTube e teve a mediação da jornalista Juliana Rosa do Grupo Bandeirantes de Comunicação. O trabalho será entregue a candidatos e autoridades responsáveis pela formulação de políticas públicas em saúde, economia e desenvolvimento econômico.

“Os postulantes aos cargos públicos têm que conhecer mais a complexa dinâmica do setor de saúde, as necessidades do segmento e precisam se comprometer com metas para fomentar a inovação, ampliar a oferta de produtos e serviços na área e gerar empregos e renda”, defende o presidente da ABRAIDI, Sérgio Rocha. O documento com quase 50 páginas, elaborado pelas três associações, também será entregue para agências reguladoras, órgãos de controle, entidades representativas da saúde, empresários, investidores, entre outros.

O conteúdo é dividido em nove propostas principais e o porta-voz de cada associação comentou três dos tópicos abaixo:

Priorizar as Políticas de Saúde: a pandemia reforçou o que já se sabia: a saúde é tema central para a população brasileira e o Brasil não pode ficar vulnerável para enfrentar crises de saúde pública. Por isso, priorizar a indústria de saúde como política de Estado, de acordo com o que diz a Constituição é fundamental.

Uso Inteligente do Poder de Compra do Estado: estimular a inovação e a economia de escala e de escopo das empresas presentes no Brasil, com isso assegurar o fornecimento, com preços e custos compatíveis, e o fluxo financeiro previsível, fomentando a isonomia competitiva.

O tópico acima foi o primeiro comentado pelo representante da ABRAIDI. Bruno Bezerra destacou a necessidade de ampliar a participação proporcional do Governo Federal no financiamento à saúde, e mencionou a desproporção do gasto entre União, Estados e Municípios. Ele exemplificou com números do orçamento, o teto de gastos, a tabela SUS e a necessidade de aumento da porcentagem de gasto público na saúde.

Reestruturar o Diálogo Permanente no âmbito do Complexo Econômico e Industrial da Saúde – CIES: promover a cooperação estruturada entre o Estado e a iniciativa privada de forma perene e permanente, para além de governos, com a governança do Ministério da Saúde e a participação de outros (Economia, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento, Indústria).

Bruno Bezerra, ao responder o questionamento da mediadora Juliana Rosa, citou o Decreto 11.185/2022, de 01/09/22, que recriou o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde – GECIS – e a necessidade do diálogo entre os players para discutir os problemas setoriais, entre eles a questão das retenções de faturamento que tanto afetam os associados da ABRAIDI.

Brasil: Protagonista nas Cadeias Globais de Valor de Dispositivos Médicos: melhorar a inserção competitiva internacional, aproveitando as transformações geopolíticas recentes, estimular a consolidação da indústria instalada no Brasil como fornecedora de soluções, tecnologia e produtos iniciando pela América Latina e para o Caribe, onde já está presente.

Estimular Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ampliar os recursos públicos e privados em PD&I. Proibir contingenciamentos de verbas destinadas à inovação. Aprimorar a Lei do Bem. Trazer segurança jurídica aos ordenadores de despesas e aos contratantes das encomendas tecnológicas.

Convergência do Marco Regulatório: reduzir a complexidade das normas e as sobreposições de funções na burocracia; diminuir os custos de registros e de homologação; e utilizar as experiências internacionais das agências reguladoras para acelerar a convergência de normas e procedimentos ampliando a adesão às Boas Práticas Regulatórias.

Neste item, o representante da ABRAIDI lembrou o contexto de que as disputas comerciais entre os países ocorrem agora através de barreiras técnicas ao comércio, o que prejudica o acesso do paciente aos produtos para saúde. Bezerra destacou o ATEC e seus 3 capítulos como um avanço feito pelo Brasil nessa área, além também da importância da Coalizão Interamericana de Convergência Regulatória, como um esforço do setor privado do continente para avançar nessa agenda.

Financiamento – Crédito em Condições Adequadas: viabilizar financiamentos em condições adequadas (prazos, garantias e custo) para o CEIS. Envolver agentes de fomento nacionais e regionais para que possam dar suporte à inovação, comercialização e democratização do acesso.

Agenda 2030 da ONU e a Saúde: impulsionar os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), a partir do CIES e da Saúde 4.0, sobretudo com o uso da telemedicina, big data, digitalização em nuvem e por meio da interoperabilidade, ampliando o acesso à saúde em todo o território nacional de forma equânime.

Sistema Tributário – Princípios Pró-Competitividade: adotar os princípios da Isonomia e da Essencialidade na Reforma Tributária que vier a ser aprovada, acatando a recomendação da OCDE de reduzir a carga fiscal sobre a saúde.

“É essencial que o Brasil faça uma reforma tributária que contemple um tratamento diferenciado para saúde, assim como é feito na maioria dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que não tributam ou têm alíquotas extremamente baixas. Hoje, este é o maior gargalo para novos investimentos”, argumenta o diretor executivo da ABRAIDI, Bruno Bezerra.

Ele lembra que o governo, nos três níveis federativos, é o maior comprador e alíquotas mais altas

de tributos podem representar aumento de preços de até 40% e de gastos de mais de 50% em relação ao que é renunciado pelas isenções. “Defendemos também que o País tenha uma política industrial que atraia e crie mecanismos para incentivar a produção no Brasil, independentemente do capital de origem da indústria”, completou Bezerra.

NOVO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ABIIS TOMA POSSE



A Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde acaba de empossar o novo presidente do Conselho de Administração. Carlos Eduardo Gouvêa, que volta a presidir a ABIIS depois de dois mandatos, substitui Bruno Boldrin Bezerra. Nos próximos dois anos, a entidade vai continuar trabalhando de forma proativa para trazer contribuições assertivas para a saúde pública. A ABIIS congrega os segmentos de dispositivos médicos e de diagnóstico brasileiro (indústria nacional e internacional, importação e distribuição).

O foco da Aliança está em tornar o Brasil mais autônomo na produção de produtos para a saúde. “Precisamos buscar novos arranjos produtivos, em caráter regional ou local. Depois da pandemia, ficou evidente que não podemos ser tão dependentes de poucos centros industriais. Tecnologia, conhecimento, fomento à educação e pesquisa são fundamentais para mudarmos essa realidade”, defende Carlos Eduardo Gouvêa. E complementa: “Qualquer que seja o governo eleito, no final do ano, está evidente que a saúde é essencial e assunto de Estado. Precisamos ter infraestrutura mínima e a ABIIS fará o papel de um centro de informações sobre inovação, unindo a academia, o governo, a indústria e associações da sociedade civil para buscarmos juntos alternativas mais viáveis e acessíveis, com um único objetivo: oferece atendimento de qualidade à população”.

Ainda neste sentido, o novo Conselho dará continuidade ao projeto ‘Agenda Saúde 2022/2030 - Dispositivos Médicos’, que apresenta os desafios e propostas para o setor aos candidatos à Presidência da República e lideranças públicas. A diretoria da ABIIS já se reuniu com os candidatos à presidência pelo PDT, Ciro Gomes; e pelo Novo, Luiz Felipe d’Avila; com o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; com o então pré-candidato à presidência pelo União Brasil, Luciano Bivar, e

pelo Podemos, Sergio Moro; além de outras lideranças políticas como o presidente do Partido Social Democrático (PSD), Gilberto Kassab, o ex-governador do Rio Grande do Sul pelo PSDB, Eduardo Leite, e o ex-ministro da Saúde e senador pelo PT, Humberto Costa.

Também é prioridade da nova diretoria o fomento à inovação para os mercados de diagnóstico e dispositivos médicos. “O diagnóstico é essencial para uma terapia eficaz e o dispositivo usado no momento certo evita uma série de outros custos desnecessários e salva vidas, a exemplo dos respiradores, ECMO e tantos outros. São áreas que precisam ter atenção especial do Estado, seja para custeio ou incorporação e fomento de Pesquisa e Desenvolvimento”, lembra o presidente empossado.

Carlos Eduardo Gouvêa cita ainda o Saúde 4.0, a internet das coisas e a chegada do 5G no Brasil. “Temos que buscar oportunidades. Unir centros que já estão trabalhando com incubadora, hospitais de ponta que já estão adiantados nesse quesito. São iniciativas que precisam conversar entre si, para evitar desperdício de tempo e talento. São inúmeras as possibilidades: o uso da interoperabilidade e a combinação de informações para trazer um melhor desfecho clínico, são dois exemplos. A ABIIS pode de fato ter um papel preponderante”.

A Aliança vai buscar ainda parcerias com associações nas áreas de tecnologia e software. “Queremos sinergia e ganhos concretos para a saúde pública”, finaliza **Carlos Eduardo Gouvêa**.

Conselho de Administração da ABIIS - biênio 2022/2024**Presidência: Carlos Eduardo Gouvêa (CBDL)****Vice-Presidência: Bruno Boldrin Bezerra (ABRAIDI)****Diretor-Secretário: Sérgio Rocha (ABRAIDI)****Diretor-Tesoureiro: Fábio Arcuri (CBDL)****Diretora: Liliana Perez (CBDL)****Diretor: Sérgio Madeira (ABRAIDI)****Diretor: Steven Bipes (ADVAMED)****Diretor: André Gaban (ADVAMED)****Fonte:** [Abraidi](#), em 06.09.2022.